

Jornal do SAESC

Impresso
Especial

Nº 68001041/01-DR/SC

SAESC

CORREIOS



Informativo do Sindicato dos Administradores de SC - Ano XIII - nº 75 - jan/fev 2007

O que esperar do PAC

Acompanhe o que pensam as Centrais Sindicais, Governo e Empresários sobre o Programa de Aceleração do Crescimento e o uso do FGTS para obras de infra-estrutura e tire suas próprias conclusões.



PÁGINA 3

Presidente da Celesc
fala de
investimentos em
geração e PCS

PÁGINA 7

Campanha salarial
na agricultura já
tem calendário
definido

PÁGINA 8

Conheça o
Instituto de Energia
Alternativa com
sede em SC

Novo formato, mais informação

A partir desta edição o seu JORNAL DO SAESC apresenta-se com um novo formato. O tamanho diminuiu para facilitar a leitura, mas ganhou mais páginas para preservar e até mesmo ampliar o conteúdo de informações entre o Sindicato e seus associados em todo o Estado. O formato, mais próximo de uma revista, junta-se a inúmeras entidades que mantêm esta forma de comunicação impressa, apesar da agilidade proposta pela internet.

Esta é a primeira das ações que a Entidade toma para melhorar ainda mais a comunicação com os administradores catarinenses. Assim, o Saesc segue a orientação do Estatuto de, para cumprir os compromissos sindicais previstos, "criar e manter

setores especializados, notadamente os de imprensa e comunicação, informática, formação sindical, jurídico, assim como quaisquer outros que julgar necessários para a luta dos administradores".

Além do espaço para artigos sugeridos por associados, o JORNAL DO SAESC também destinará espaço para tirar dúvidas e divulgar sugestões enviadas por e-mail ou através do contato do site. Além do jornal, o site também terá mudanças: mais interação, mais agilidade, mais informação.



Conselheiros do CRA

FOTOS: J.V.CORREA

Dia 19 de janeiro tomaram posse os novos conselheiros para o Conselho Regional de Administração. Integram o Conselho do CRA, dois diretores do Saesc: Arcênio Patrício e Mário César Silva. O CRA é o órgão que fiscaliza a atuação profissional dos administradores catarinenses, a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação entre outras atribuições. Na gestão que inicia, Mário César (1a foto à direita) é Diretor Administrativo-Financeiro e Arcênio Patrício, Presidente do Conselho Fiscal. O mandato dos novos conselheiros é de quatro anos e dos diretores, dois anos.



Diretoria do CRA para o biênio 2007/2008.



EDUARDO PINHO MOREIRA,
presidente da CELESC

"Empresas eficientes não precisam ser privatizadas"



DIVULGAÇÃO/CELESC

Nesta rápida entrevista, Pinho Moreira, que reassumiu a presidência da Celesc em janeiro, fala dos investimentos em geração e, ainda que superficialmente, avalia que o PCS acabará com "tratamento diferenciado" entre os profissionais da empresa.

JS: Sr. Presidente, esta é a segunda vez que assume a presidência da maior empresa pública de SC. De lá para cá a empresa modernizou-se e é a única com potencial real de investimento. Como pretende conduzir os próximos investimentos da Celesc em geração? Recursos próprios, PPPs? E qual é sua opinião sobre a privatização das empresas públicas catarinenses?

MOREIRA: As duas coisas: com recursos próprios, pois a Celesc é uma empresa pouco endividada. Assim, temos

potencial muito grande para buscar recursos no mercado. E também por meio de parcerias com a iniciativa privada, com participação minoritária da Celesc, para se afastar do jugo da Lei 8.666 (Lei das Licitações) e do Tribunal de Contas, o que torna a Empresa lenta e, hoje, no mercado, uma empresa precisa ser ágil. E eficiente. Empresas eficientes não têm porque ser privatizadas. Por isso, a Celesc precisa manter-se eficiente. A empresa ineficiente que não perde a cultura de administração pública, de cultivo ao desperdício, não sobrevive. Nós temos grandes exemplos disso em todo o País, inclusive em Santa Catarina.

JS: Sua primeira gestão foi marcada, durante as negociações salariais, pela cláusula de garantia de emprego por dois anos. Agora, ao assumir novamente a presidência, o Sr. já deve estar ciente do descontentamento de diversas categorias da empresa por conta da diferenciação do piso dos engenheiros

em relação a outras atividades profissionais desenvolvidas na Celesc, entre elas, a dos Administradores. É um assunto que tem divergência até mesmo entre os diretores. Que providência poderá tomar para acabar com este tratamento diferenciado?

MOREIRA: A providência é a implantação do Plano de Cargos e Salários, que já foi determinada e decidida pelo Conselho de Administração. Está em curso o trabalho do GT, com representantes de todas as Diretorias, inclusive do sindicato. Veja bem: vamos preservar os direitos dos empregados, mas mantendo a Empresa viável, eficiente. A Celesc tem que ser eficiente. Esse é o meu objetivo. Eu defendo os interesses da Celesc, respeitando, como sempre fiz a vida toda, como constituinte e como administrador público, o direito dos empregados. Meu objetivo é tornar a Celesc maior e melhor do que ela é hoje.

Por que o uso do FGTS em investimentos é polêmico

Desde final de Janeiro, quando o Governo Federal apresentou a Medida Provisória 349/07 que institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – que centrais sindicais, empresários, governos, parlamentares e economistas têm apresentado diversas opiniões sobre a iniciativa. O assunto é complexo. Pela proposta, será criado um fundo de investimentos em infra-estrutura (estradas, ferrovias, portos, aeroportos, energia), utilizando parte dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), um patrimônio dos

trabalhadores brasileiros que totalizam atualmente mais de R\$ 170 bilhões. Veio à tona a maneira de utilizar esse dinheiro e resgatou-se desde a finalidade para a qual o FGTS foi criado, suas regras de gestão, até a possibilidade – esta mais recente – de o trabalhador investir o seu dinheiro do FGTS em ações na Bolsa de Valores. Até então a aplicação dos recursos do fundo vem sendo feita prioritariamente em habitação, saneamento e infra-estrutura para subsidiar políticas sociais. Contudo, os investimentos têm gerado rendimentos menores que os da inflação nos últimos anos. Ou seja, o valor depositado para cada trabalhador no fundo tem tido perda real ao longo do tempo. Esse é o atual ponto a ser resolvido na discussão atual para o uso do dinheiro. Por isso, as centrais

sindicais passaram a exigir uma rentabilidade mínima para as aplicações no novo fundo de investimento. Ou seja, de pelo menos o equivalente à Taxa Referencial (TR), mais 3% de juros ao ano, como tem rendido o FGTS recentemente. Inicialmente, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que não poderia dar a garantia por limitações da legislação. Depois, durante audiência no Congresso Nacional realizada agora em fevereiro, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Paulo Bernardo, disseram que o Presidente Lula abriu o debate para a garantia de rentabilidade.

Pela proposta do PAC, o uso de parte do patrimônio líquido do FGTS diz respeito à rentabilidade do Fundo de Investimentos a ser criado. A idéia é que sejam investidos inicialmente R\$ 5 bilhões em projetos de infra-estrutura, mas o montante que será utilizado pode chegar a R\$ 17 bilhões, ou seja, 80% do patrimônio líquido do FGTS, que atualmente é de cerca de R\$ 21 bilhões.

Isso depois de duas centrais – a Força Sindical e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – terem entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória que cria este novo fundo. No pedido de liminar as centrais sugeriram que a Caixa Econômica Federal (CEF) fosse “obrigada a garantir as aplicações”. Mas as duas centrais propuseram a retirada da ação se o Governo aumentar o percentual de investimento do FGTS em mercado de capitais. Segundo o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, “o mercado de capitais é importante para a economia brasileira e para as empresas”, embora ele prefira investimentos em infra-estrutura e em novos negócios. As centrais, segundo ele,

desejam ampliar o percentual de 10% que os trabalhadores podem usar em infra-estrutura e no mercado de capitais, por exemplo, para 20%.

OPINIÕES

Segundo o consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo D’Ávila, o uso de recursos do FGTS em obras de infra-estrutura “é com justa razão uma coisa polêmica, pois mexe com um patrimônio que pertence ao trabalhador”. Já para o economista da Fundação Getúlio Vargas, José César Castanhar, o Programa de Aceleração do Crescimento representa uma virada na política econômica do país. Para ele o PAC coloca os instrumentos que construíram o equilíbrio e a estabilidade da economia nos últimos anos em seu lugar correto: não como fim em si mesmos, mas a serviço do desenvolvimento. “É importante resgatar a noção de que esses são meios para você assegurar o crescimento econômico e o desenvolvimento no país”, diz ele.

Otimista também é o economista e supervisor-técnico do DIEESE em Santa Catarina, José Álvaro Cardoso. Segundo ele, o sucesso do PAC dependerá dos seus desdobramentos. “O simples anúncio do programa não garante o seu êxito, e sim as ações posteriores, se forem encaminhadas de forma persistente e determinada. O Programa nega, na prática, o princípio de que o crescimento é de exclusiva

O fundo será administrado pela Caixa Econômica Federal. Os recursos dos trabalhadores podem ser investidos até 10% em ações. No projeto, o Fundo de Investimentos em Infra-estrutura colocará 30% do total em ações e 70% virão da iniciativa privada. Os investimentos em saneamento serão administrados pela Caixa Econômica Federal e a infraestrutura, pelo BNDES.

FGTS para mítico



responsabilidade do mercado e coloca o Estado não como investidor, mas como tutor e articulador do crescimento. As empresas privadas, a partir dos recursos correntes das desonerações fiscais não estimuladas a investir na atividade produtiva", explica.

No entanto, José Álvaro deixa claro que com o PAC o Governo não irá alterar a fundamentação da política econômica envolvida no primeiro Governo Lula: o tripé superávit primário das contas públicas, câmbio flutuante e metas de inflação (com autonomia para o Banco Central fixar juros). "A mudança é muito mais de ênfase: no primeiro mandato, o governo perseguiu, com medidas ortodoxas, a estabilidade da economia. Agora,

tendo avançado no controle da inflação e na área fiscal, está tentando acelerar o crescimento, sem, no entanto, abrir mão do equilíbrio fiscal."

Para as entidades empresariais do país, o PAC vem em boa hora, mas ainda não é o suficiente. A direção da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, entende que a proposta aponta a "direção correta para o país", especialmente por meio de ações como a desoneração tributária e a priorização de projetos "relevantes" para o seu estado. No entanto, a Firjan critica a ausência de "medidas estruturais mais fortes, como a redução dos gastos públicos e as reformas tributária, trabalhista e da Previdência. Já para as entidades dos estados do Sul, entre elas a Fiesc, o PAC é tímido, sobretudo para a Região. De fato, na hierarquia da aplicação de recursos, a Região Sul deverá ser a terceira, segundo a proposta do Governo. O critério é populacional: o Sudeste seria o maior beneficiário, pois é a região mais populosa,

PARA LEMBRAR

A discussão sobre o uso de parte do FGTS no fundo previsto pelo PAC chega no momento em que o Fundo de Garantia passa dos 40 anos de existência. Criado para compensar os trabalhadores pela extinção da estabilidade funcional no setor privado, o FGTS pretendia não apenas melhorar as relações entre empregados e empregadores, acabando com o estímulo às demissões antes dos 10 anos de serviço, como também oferecer novas possibilidades de promoção do bem-estar econômico-social para os trabalhadores, além de atender a uma demanda por maior flexibilidade do mercado de trabalho.

Quando há um rompimento do contrato de trabalho, sem justa causa, o empregado pode sacar o valor acumulado. O cidadão pode atualmente utilizar o dinheiro em situações específicas (aposentadoria, compra de imóvel próprio ou doença grave e outras), mas não pode sacar o dinheiro para fins diversos. Paralelamente, um conselho de representação tripartite (governo, trabalhadores e empregados) define limites de usos para empréstimos dos recursos, como moradia, saneamento e infra-estrutura. É chamado de Conselho Curador do FGTS. O parecer deste conselho foi favorável à proposta do uso do FGTS no PAC, por unanimidade, inclusive com os votos dos representantes das centrais sindicais.

seguido do Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

Já a Ordem dos Advogados do Brasil questiona a constitucionalidade da MP 349/07. Segundo declarações do presidente da entidade, Roberto Busato, a proposta é ilegal no momento que desvia a finalidade da destinação de recursos. "Quando se muda a destinação, se está infringindo a lei. Quando você generaliza, pelo menos parte dessa verba não está aplicando aquilo que determina a legislação", opina Busato. No mês de março, quando o Legislativo de fato retoma os trabalhos, este assunto deverá tomar conta dos debates. O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT/SP) já anunciou que o PAC só deverá entrar em votação a partir de 19 de março.

Leia artigo de José Álvaro Cardoso, do Dieese/SC, no site do Saesc.

Reforma administrativa preocupa trabalhadores

Pelo que avaliam sindicalistas de diversas categorias que constituem o funcionalismo estadual, a reforma administrativa proposta pelo Governo do Estado centraliza ainda mais os poderes nas mãos do governador Luiz Henrique da Silveira. Além de, pelo projeto, as Secretarias Regionais e os Conselhos de Desenvolvimento terem acesso aos recursos sem qualquer participação da população, vários trechos do projeto abrem a possibilidade de o Governo realizar ações questionáveis, como privatizar patrimônio público.

Um exemplo é o caso do Cepon e do Hemosc, que não estão nominados na estrutura da Secretaria da Saúde. A hora é de preocupação, já que no ano passado estes dois órgãos foram ameaçados de privatização através da Lei 13.720/06, que previa a gerência através de uma Organização Social (OS). Juntos, hoje trabalham no

CEPON e Hemosc cerca de 1300 funcionários.

Há ainda a preocupação com relação a outros órgãos, como a FESPORTE, FUNDAÇÃO DE CULTURA, SANTUR e COHAB, que, segundo notícias veiculadas na imprensa estadual, seriam extintas. O projeto está em debate na Assembléia Legislativa, nas comissões técnicas. Os sindicatos estão mobilizados, sobretudo os da Intersa e dos trabalhadores da saúde.

O Governo tem pressa na aprovação e, na prática, conta com a maioria dos votos dos deputados estaduais. Para os sindicalistas, só mesmo o debate público sobre a importância destas empresas e instituições poderá assegurar sua manutenção. Eles ressaltam ainda que apesar da necessidade do debate público, a Bancada Governista não permitiu que os representantes dos trabalhadores e outras entidades tivessem acesso ao texto integral. Diante desta situação, sindicatos e entidades estão em permanente mobilização do FÓRUM DE LUTAS, onde debatem como agir frente a esta nova Reforma. entre as ações já deliberadas está a

realização de seis seminários regionais no mês de março, abrangendo todas as regiões do Estado. O Fórum divulgará horários e locais com antecedência necessária para a participação, principalmente, dos empregados das empresas diretamente atingidas por esta proposta de reforma.

Veja as datas dos
Seminários Regionais e
participe deste debate!

- 05/03 - Chapecó
- 06/03 - Videira
- 07/03 - Lages
- 08/03 - Joinville
- 09/03 - Criciúma
- 12/03 - Blumenau



CARLOS KILIAN/ALESC

Governador entregou a proposta de Reforma ao Presidente da Assembléia em janeiro.

Jornal do
saesc

Informativo do Sindicato dos Administradores de SC. Jornalista Responsável: Alessandra Mathyas (JP 00755 SC). Projeto Gráfico: Frank Maia. Diretor Responsável: Adm. Mário César Silva.e-mail: saesc@floripa.com.br
fone: 48 3222-8080

www.saesc.org.br

Definido calendário para campanha salarial na agricultura

Já foi aprovado pela Intersindical da Agricultura, da qual o Saesc faz parte, o calendário inicial para a próxima campanha salarial. A primeira atividade será a Assembléia Geral de discussão e aprovação da pauta de reivindicações, prevista para dia 20 de março. A entrega da pauta e articulação junto às empresas será na semana seguinte e a primeira rodada de negociação está prevista para o dia 4 de abril.

Para manter uma pressão permanente junto ao Governo, os

Presidente do Saesc é "Aposentado do Ano"

Em solenidade realizada no Rio de Janeiro em 24 de janeiro - Dia Nacional do Aposentado, o Presidente do Saesc, João Paulo de Souza, recebeu o prêmio de Aposentado do Ano, pela Abrapp - Associação Brasileira de Previdência Privada. Seu nome foi indicado pela Celos.

DIVULGAÇÃO/ABRAPP



Sindicato terá eleições em julho

Seguindo orientação estatutária, a partir de março inicia o processo eleitoral para a nova gestão da Diretoria do Saesc. A eleição será em julho e os novos diretores tomarão posse em agosto.

sindicatos já programam para 11 de abril uma rodada de negociações na DRT, com a participação do Conselho Deliberativo.

Os principais eixos da próxima campanha, a serem debatidos com os trabalhadores, são a reposição salarial, aumento do auxílio alimentação, implantação da revisão dos PCS, além da inclusão das sugestões dos Seminários de Gestão Participativa, principalmente as que se referem à escolha de dirigentes nas empresas e ampliação e reformulação do Conselho de Administração. Desde já os trabalhadores devem conversar sobre a campanha, as propostas e novas sugestões para a pauta.

Ainda há tempo para fazer a sua contribuição sindical

Quem não recebeu o boleto para pagamento de sua anuidade, ainda dá tempo. Entre em contato com o sindicato para ver as providências. Sua contribuição é tão importante quanto a sindicalização. Só assim nossa entidade continuará forte na representação do trabalhador administrador catarinense.



Vem aí 6º Congresso dos Empregados da Celesc

Governança Corporativa: aperfeiçoando a experiência da Celesc. Este será o tema do 6º Congresso dos Empregados da Celesc, que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de abril no Hotel Canto da Ilha, em Florianópolis. O grupo de trabalho que prepara o evento está fechando a programação, mas já adianta a participação de 120 delegados dos empregados, escolhidos entre os colegas de todas as regiões do Estado, o que corresponde a 3% dos empregados da ativa.

Para subsidiar o debate, dois ex-representantes dos empregados no Conselho de Administração, Luiz Cézare Vieira e Paulo Sá Brito estão elaborando uma cartilha técnica sobre a Governança Corporativa da Celesc. Esta pesquisa e os resultados do 6º Congresso deverão posteriormente ser publicados em livro.

Nova diretoria da Celos toma posse

O JS registra a posse da nova diretoria da Fundação Celos ocorrida agora em janeiro. Os diretores foram eleitos dia 9 de



QUORUM

novembro e terão um mandato de quatro anos. O ex-presidente do Saesc e atual diretor da entidade, Sary Reny Köche Alves foi reconduzido à Diretoria Administrativo-Financeira da Fundação e e tomou posse no mês de janeiro.

Instituto potencializa energias alternativas na América Latina

DIVULGAÇÃO

Alcançar o desenvolvimento econômico e social aliado à preservação ambiental é um dos grandes desafios do novo milênio. Desde a realização da Rio 92, líderes mundiais vêm buscando a fórmula para obter esse desenvolvimento sustentável, mas até agora, ela parece não ter sido encontrada. De lá para cá foram realizados vários encontros mundiais, e governos assumiram o compromisso de implementar uma série de medidas – conhecidas como Agenda 21 – para evitar a degradação da Terra. No Brasil, o uso de energia renovável é uma tentativa de proporcionar uma melhor infraestrutura para populações mais carentes sem provocar um dano adicional ao meio ambiente, como ocorre com as grandes hidrelétricas.

Além de conscientizar grandes empresas e governos, é preciso que o discurso da energia limpa conquiste a população. Além disso, é preciso que o desenvolvimento tecnológico das universidades encontre apoio financeiro e governamental para aplicação dos seus projetos na área das energias alternativas.

É isso o que propõe o IDEAL - Instituto para o Desenvolvimento das Energias Alternativas na América Latina, que foi criado através de uma assembléia no início de fevereiro, em Florianópolis. Por iniciativa do ex-deputado federal Mauro Passos (engenheiro aposentado da Eletrosul, ex dirigente do Sinergia - Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis e

também ex-vereador da capital), este Instituto nasce com o propósito de criar um grande movimento em defesa das energias renováveis e da eficiência energética no continente latino americano, para que, por meio da conscientização, se estabeleça uma política de integração energética regional comprometida com o futuro da humanidade. “Estamos ainda muito atrasados, se compararmos o que já foi feito na Europa. E o nosso potencial é extraordinariamente maior, tanto pela insolação, quanto pela quantidade dos ventos e a produção agrícola. Somos um celeiro natural de fontes renováveis: eólica, solar, de biomassa”, argumenta Passos, eleito na assembléia presidente do IDEAL. Integram ainda a diretoria da nova entidade, o Prof. Dr. Ricardo Rütther, PhD em energia solar e coordenador do LABSOLAR da UFSC, e Ronaldo Knack, da cidade de Ribeirão Preto e coordenador da ENERBIO.

Mauro Passos está confiante no trabalho que o IDEAL deverá desenvolver na América Latina. Um dos seus primeiros compromissos será a participação, no dia 26 de março, do encontro que dará início aos trabalhos do PARLAMENTO DO MERCOSUL, em Montevidéu/Uruguai. “Vamos apresentar aos parlamentares do Mercosul nossa proposta de projeto AMÉRICA DO SOL, uma legislação em todos os países que viabilize a construção de milhares de tetos solares, com a tecnologia já desenvolvida sobretudo pelas instituições de ensino brasileiras”. O



Único membro latino americano no Conselho Mundial de Energias Renováveis, Mauro Passos lidera entidade que vai colocar o Estado no mapa global do conhecimento e da produção de energias renováveis e da eficiência energética.

IDEAL será mantido por associados mantenedores – empresas e pessoas físicas, brasileiras e estrangeiras – que acreditam no potencial das energias alternativas para conter a destruição do meio ambiente e assim assegurar a sobrevivência da humanidade. *Administradores que queiram conhecer melhor esta idéia e participar deste projeto, podem entrar em contato por e-mail: institutoideal@terra.com.br*